



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

PROCESSO Nº. : 11080/000.607/96-24
RECURSO Nº. : 112.758
MATÉRIA : IRPJ - EX. : 1995
RECORRENTE : JK EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - ME
RECORRIDA : DRJ - PORTO ALEGRE - RS
SESSÃO DE : 07 DE JANEIRO DE 1997
ACÓRDÃO Nº. : 102-41.161

MULTA POR ATRASO NA ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS - IRPJ - A partir de primeiro de janeiro de 1995, a apresentação da declaração de rendimentos fora do prazo fixado, sujeitará a pessoa jurídica à multa mínima de 500 UFIR, ainda que dela não resulte imposto devido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por JK EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - ME..

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em **NEGAR** provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.


ANTONIO DE FREITAS DUTRA
PRESIDENTE e RELATOR

FORMALIZADO EM: 09 JAN 1997

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: URSULA HANSEN, MARIA CLÉLIA PEREIRA DE ANDRADE, JOSÉ CLÓVIS ALVES, SUELI EFIGÊNIA MENDES DE BRITTO e JÚLIO CÉSAR GOMES DA SILVA. Ausentes, Justificadamente, os Conselheiros RAMIRO HEISE e FRANCISCO DE PAULA CORRÊA CARNEIRO GIFFONI.

CMA



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

PROCESSO Nº. : 11080/000.607/96-24
ACÓRDÃO Nº. : 102-41.161
RECURSO Nº. : 112.758
RECORRENTE : JK EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - ME

RELATÓRIO

JK EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - ME, jurisdicionada pela ARF/SANTA CRUZ - RS, foi notificado pelo documento de folha 01 onde é cobrado o equivalente a 500 UFIR de multa por atraso na entrega da declaração de IRPJ, exercício 1995.

Tempestivamente a empresa entrou com impugnação de folhas 12/19.

Às folhas 23/26, decisão da autoridade monocrática, assim emendada:

02.85.00.00 - DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS

**02.85.10.00 - MULTA POR ATRASO NA ENTREGA DA
DECLARAÇÃO DO IRPJ.**

A entrega da declaração de rendimentos fora do prazo limite estipulado na legislação tributária enseja a aplicação da multa de ofício prevista no inciso II, § 1º, alínea "b" do artigo 88 da Lei Nº 8.981/95.

AÇÃO FISCAL PROCEDENTE.

Inconformada com a decisão da autoridade monocrática, a empresa entrou com recurso de folhas 28/31.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO Nº. : 11080/000.607/96-24
ACÓRDÃO Nº. : 102-41.161

V O T O

CONSELHEIRO ANTONIO DE FREITAS DUTRA, RELATOR

O recurso é tempestivo.

A multa questionada, pelo ora recorrente, encontra-se disciplinada, pela Lei Nº 8.981, de 20/01/95, cujos efeitos começaram a produzir a partir de primeiro de janeiro de 1995 (art. 116). Em seus dispositivos encontramos o art. 88 que determina:

“Art. 88. A falta de apresentação da declaração de rendimentos ou a sua apresentação fora do prazo fixado, sujeitará a pessoa física ou jurídica.

I - à multa de mora de um por cento ao mês ou fração sobre o imposto de renda devido, ainda que integralmente pago.

II - à multa de duzentas UFIR a oito mil UFIR, no caso de declaração de que não resulte imposto devido.

§ 1º O valor mínimo a ser aplicado será:

a) de duzentas UFIR para as pessoas físicas

b) de quinhentas UFIR, para as pessoas jurídicas.

§ 2º a não regularização no prazo previsto na intimação, ou em caso de reincidência, acarretará o agravamento da multa em cem por cento sobre o valor anteriormente aplicado.”

Para que não houvesse dúvida sobre a aplicação do citado dispositivo em 06/02/95 a Coordenação do Sistema de Tributação expediu o ato Declaratório Normativo COSIT Nº 07 que declara, “ipsis litteris”.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO Nº. : 11080/000.607/96-24
ACÓRDÃO Nº. : 102-41.161

“I - a multa mínima, estabelecida no § 1º do art. 88 da Lei Nº 8.981/95, aplica-se às hipóteses previstas nos incisos I e II do mesmo artigo;

II - a multa mínima será aplicada às declarações relativas ao exercício de 1995 e seguintes:

III - para as declarações relativas a exercícios anteriores a 1995 aplica-se a penalidade prevista na legislação vigente à época em que foi cometida a infração.”

Estabelecido isso, não há como admitir-se a hipótese do desconhecimento da referida penalidade e muito menos de querer justificar o atraso na entrega da declaração.

Também não se aplica, aqui, a figura da denúncia espontânea contemplada no artigo 138 da Lei Nº 5.172/66, C.T.N, porque juridicamente só é possível haver denúncia espontânea de fato desconhecido pela autoridade, o que não é o caso do atraso da entrega da Declaração de Rendimentos de IRPF que se torna ostensivo com o decurso do prazo fixado para a entrega tempestiva da mesma.

Apresentar a declaração de rendimentos é uma obrigação para aqueles que se enquadram nos parâmetros legais e deve ser realizado dentro do prazo fixado pela lei. Sendo esta uma obrigação de fazer, necessariamente, tem que ter um prazo certo para seu cumprimento e por consequência o seu desrespeito sofre a imposição de uma penalidade.

A causa da multa está no atraso do cumprimento da obrigação, não na entrega da declaração que tanto pode ser espontânea como por intimação, em qualquer dos dois casos a infração ao dispositivo legal já aconteceu e cabível é, tanto num quanto noutro, a cobrança da multa pelo atraso no descumprimento do prazo fixado em lei.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO Nº. : 11080/000.607/96-24
ACÓRDÃO Nº. : 102-41.161

Descabida a arguição de nulidade por cerceamento do direito de defesa, tendo em vista que:

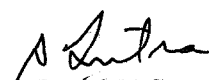
No item 4 à folha 24, o julgador monocrático demonstrou à exaustão o texto legal para a imposição da multa.

Nos itens 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11 de folhas 24/25, o julgador monocrático esclarece as razões da imposição da exigência, espancando de vez a determinação contida na IN/SRF Nº 003/83 de 19/01/83, não por esta norma está derogada ou não mas tão somente por tratar-se de ato normativo relativo a Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI. Portanto matéria impertinente no caso em exame.

Isto Posto, e por tudo mais que dos autos consta, voto por negar provimento ao recurso.

É o meu voto.

Sala das Sessões - DF, em 07 de janeiro de 1997.


ANTONIO DE FREITAS DUTRA